

GRAMSCI, A ACADEMIA E O PAPEL DO INTELLECTUAL ORGÂNICO

Maria de Lourdes Pinto de Almeida¹

Resumo: À universidade, cabe sempre as palavras de Marx (s/d, 208): “os homens são produto das circunstâncias e da educação e, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada; esquece-se que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado”. A práxis, enquanto ação ética e política de persuasão e influência que homens exercem sobre si, está enraizada na atividade acadêmica, de modo que os acadêmicos circunscrevem-se na superestrutura, no campo da luta política. Dentro dessa perspectiva, o pensamento de Gramsci é fundamental para compreender o papel do intelectual. Inicialmente, destaque-se que ele amplia a concepção de Estado do marxismo “clássico”, mostrando que a luta política nas sociedades atuais se dá menos contra o Estado que no Estado, o qual se apresenta como instância mediadora de interesses de classes, em vez de mero representante da classe dominante.

Abstract: To the university, Marx words is always suitable: “men are circumstances and education product; therefore, modified men are product of different circumstances; it's forgotten that the circumstances are precisely modified by men and that the educator himself needs to be educated”. While an human ethical and political action, praxis is rooted in the academic activity, in a way that the academic people are circumscribed in the superstructure, in the political conflicts field. In this perspective, Gramsci thought is essential to understand the intellectual role. Firstly, it is stood out that it enlarges the State concept of classical marxism, demonstrating that political fight in the nowadays society happens less against the State than inside the State, which is understood as a mediation instance of classes interests instead of a mere expression of the dominant class.

¹ Pedagoga; Doutora em História da Educação pela FE/Unicamp. Professora no Centro Universitário Salesiano Lorena / Americana. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas “Historia, Sociedade e Educação Salesiana no Brasil”.

Palavras-chave: Gramsci; Ensino superior; universidade; política educacional; intelectual orgânico.

1 A classe detentora do capital monopoliza a cultura, a ciência e a arte. Nesse sentido, a ciência torna-se meio de apropriação e expropriação econômico e cultural. Contudo, os intelectuais apropriando-se do conhecimento e, detendo os instrumentais para produzi-lo e transmiti-lo, contribuem para explicar, conservar ou transformar a sociedade na qual estão inseridos. A universidade, na sua correlação com os meios de produção material, reproduz e corresponde às necessidades sociais, conforme as influências dos grupos organizados defensores de interesses de classes.

A universidade apresenta-se como fator superestrutural, mas está intrinsecamente ligada ao setor produtivo, tanto no sentido em que se constitui como empresa, como no de que produz saberes ligados ao incremento técnico diretamente relacionado com a produção científica e cultural.

À universidade cabe sempre o dizer de Marx: “os homens são produto das circunstâncias e da educação e, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada; esquece-se que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado” (Marx, *s/d*:208). A questão da práxis, enquanto ação ética e política de persuasão e influência que homens exercem sobre si, está enraizada na atividade acadêmica. Neste aspecto, os acadêmicos circunscrevem-se na superestrutura, no campo da luta política.

Nessa perspectiva, o pensamento de Gramsci é fundamental para compreender o papel do intelectual. Inicialmente, é destacável que ele amplia a concepção de Estado do marxismo “clássico”. O pensador italiano mostra que a luta política nas sociedades atuais se dá menos contra o Estado que no Estado. Este se apresenta como instância mediadora de interesses de classes, em vez de mero representante da classe dominante. Nele, portanto, os antagonismos se manifestam.

Ao lado dos aparelhos coercitivos do Estado (sociedade política), Gramsci destaca os aparelhos privados de luta ideológica. Ele destaca duas esferas no interior da superestrutura: a sociedade civil e sociedade política. Trata-se de esferas distintas, mas articuladas, do ponto de vista do domínio de classes. A sociedade política é o conjunto de aparelhos com os quais a classe dominante detém e exerce o monopólio legal ou de fato da violência. Já a sociedade civil tem como base material os aparelhos privados de hegemonia cuja função é exercer o poder hegemônico através do consenso e direção da classe social no poder. Destaca-se a imprensa em geral, os sindicatos, igrejas, escolas e, sobretudo, os partidos políticos como fulcro da ação coletiva.

O papel do intelectual orgânico, engajado na luta política, torna-se fundamental na concepção de luta de classe gramsciana. Nesta perspectiva, a universidade pode ser pensada como um duplo e articulado campo de atuação, sendo tanto incremento da força produtiva e do lucro, como lugar de confronto político e ideológico, da busca da hegemonia e da supremacia (momento de unificar o consenso e da conquista do poder de “fato”).

Gramsci opera uma fusão prático-teórica (práxis) segundo a qual podemos compreender todos os homens como intelectuais. Nesse sentido, o empresário torna-se não

só um acumulador ganancioso, mas, sobretudo um intelectual orgânico, articulador de interesses de classes.

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher os ‘prepostos’ (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica (Gramsci, 1995, p. 4).

Nesta perspectiva, as relações entre a universidade e a empresa podem ser pensadas, não apenas como relações de interesses de transferências de técnica (academia = balcão de tecnologia), mas, sobretudo, como relações políticas em que os “interesses econômicos” e os “fins públicos” encontram-se correlacionados na luta hegemônica.

2 A ciência só pode ser pensada como atividade neutra desvinculada da política (valores e ideologia das tendências de classe) se concebida abstraída do contexto histórico, da práxis. Nesse sentido é que se pode falar da atividade acadêmica enquanto um contributo para o progresso do patrimônio comum do saber humano. Assim, ela se compreende como atividade “pública” desinteressada. Essa ilusão já foi duramente denunciada, mesmo em seu nascedouro no século XVIII, mas coube as diversas correntes marxistas denunciarem o caráter ideológico e classista de tal atividade².

Gramsci (1995b) denuncia o caráter encantado dessa concepção de progresso científico positivista, em que se vislumbra um sentido escatológico, uma salvação mecânica, em que se dispensa o esforço do homem, uma vez que se crê que tudo vai por si, conforme o avanço das “especializações dos novos ramos de investigação”.

As relações entre as ciências naturais e sociais, unidas pela concepção de práxis, separam-se pela noção de objeto. As primeiras, no sentido positivista, das quais dificilmente podem se desvencilhar, voltam-se para o estudo do natural, enquanto afastamento do que é humano, subjetivo, circunscrevendo um campo de rigor em que a interatividade, relação sujeito objeto, permanece sob controle, supostamente incapaz de interferir decisivamente nos resultados. Nas ciências sociais que estudam a práxis humana (a produção, manutenção das instituições humanas, que vão desde a linguagem até o Estado), ainda que o rigor metodológico esforce-se por eliminar a subjetividade, o pesquisador reconhece-se como parte integrante do objeto, uma vez que os resultados das pesquisas tendem a interferir no próprio objeto. Mas, na verdade, todas as ciências (quer naturais ou sociais) são atividades humanas e o saldo de ambas se dá como práxis. Há um caráter antropológico irreduzível nas ciências naturais também. Conforme Gramsci, objetividade é intersubjetividade, na qual se “determina o que é comum a todos os homens”, enquanto tal poder-se-ia verificar da mesma maneira e de modo independente os mesmos procedimentos e resultados, desde que se resguardem as mesmas condições técnicas. “Objetivo – diz Gramsci (1995b, p. 69) – significa precisamente (...) aquela realidade que é verificada por todos os homens, que é independente de todo ponto de vista que seja puramente particular ou de grupo”. O caráter

² A ciência é superestrutura, uma ideologia, diz Gramsci. Como tal, ela não escapa do carácter agonístico, do embate hegemônico de classes. “A ciência e a técnica dos árabes eram tidas pelos cristãos como pura bruxaria”, (Gramsci, 1995, p.71).

antropológico da ciência assinala a sua função superestrutural, sua força hegemônica. Ao lado do "fato objetivo" justapõe-se o "sistema de hipóteses" (subjeto, ele supera "o mero fato objetivo"). Cabe ao trabalho crítico do "intelectual orgânico", enquanto representante e agente de uma determinada classe, reinterpretar os fatos, desviando as tendências ideológicas indesejadas inerentes a um sistema de hipóteses filosóficas implícitas numa determinada "ciência". Razão pela qual, admite Gramsci, um grupo social pode "apropriar-se da ciência de um outro, sem aceitar a sua ideologia"

As ciências naturais determinar-se-iam pelo caráter quantitativo, ao passo que as ciências da práxis vinculam-se ao qualitativo. Como quantitativo retomamos as idéias de Gramsci. Ainda que o nexos quantidade-qualidade seja inseparável, eles distinguem-se por um critério operacional. O quantitativo admite previsões e a construção de planos de trabalho. Diz o filósofo italiano: "afirmar que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto 'corpóreo' do real, não significa que se pretenda esquecer a 'qualidade', mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema quantitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável" (Gramsci, 1995b, p. 50). Os dois aspectos são percebidos, portanto como os mesmos, mas em perspectivas diferentes. do ponto de vista histórico, ambas as atividades, as ciências podem ser compreendidas enquanto práxis. A pesquisa visando aplicações técnicas, por mais objetiva, quantitativa que se pretenda, tem o seu nível de teoria prática inserida num contexto histórico mais amplo onde a teoria e a prática são práxis.

Se se coloca o problema de identificar teoria e prática, coloca-se neste sentido: de construir sobre uma determinada prática uma teoria, a qual, coincidindo e identificando-se com os elementos decisivos da própria prática, acelere o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a a máxima potência, ou então, dada uma certa posição teórica, no sentido de organizar o elemento prático indispensável para que esta teoria seja colocada em ação. A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional (Gramsci, 1995b, p. 51).

A relação entre conhecimento e tecnologia é histórica. Abstraída do contexto, ela se apresenta como incremento da atividade produtiva, revelando-se relação do homem com a natureza. A análise das relações entre ciência e progresso técnico revela a história de tal empreendimento humano. No entanto, esta história faz parte de uma história mais ampla, movida pelas contradições de interesses, pela luta de classes (o problema da afirmação ou negação da luta de classe é ideológico, hegemônico, mas fundamental para compreendermos a práxis acadêmica). O livro de Rugiu (1998) revela-nos esse caráter histórico da relação saber-fazer da ciência e da técnica enquanto indissociáveis da teoria e prática (práxis). Há um vínculo inseparável entre a ciência, a técnica e a práxis.

Ao se estudar, por outro lado, a prática do intelectual enquanto inserido no contexto histórico mais amplo, novos elementos apresentam-se. Entre estes, destacam-se as opções e as posições do intelectual frente à correlação de forças políticas. Neste âmbito, interessa a análise das concepções ideológicas inerentes às práticas dos intelectuais. Ideológico no sentido de visão de mundo, de sociedade e, sobretudo, do papel da ciência. Aqui se exige um posicionamento político do "acadêmico". Esse posiciona-

mento pode ser tácito ou confesso. As linhas de pesquisas, os objetos escolhidos, os convênios e os fins aos quais destinam sua pesquisa mostram as opções inerentes à atividade, tanto quanto a sua fala ou o que se expressa em entrevistas, atas, artigos de posicionamento político. Quando se fala em ideologia referimo-nos às concepções de público e privado, em que se compreendem termos como governo e mercado, iniciativa privada e iniciativa do Estado. Nesse sentido, admitimos que os fatores mais influentes sobre a pesquisa seriam as tendências do mercado, ou as demandas por novos processos e incrementos tecnológicos, em função da concorrência entre empresas, bem como os programas de governo voltados para Pesquisa & Desenvolvimento. No primeiro caso, as pesquisas obedeceriam à própria dinâmica “anárquica” do mercado. No outro, ela se daria conforme parâmetros e objetivos prefixados e politicamente orientados, conforme as tendências hegemônicas. Nesse sentido, duas inclinações: a privada, em que não haveria um controle “prévio” por uma autoridade centralizada e a pública, em que se verifica uma diretriz dada por uma autoridade comum, no caso o Estado, enquanto representante da “coletividade”. Cabe determinar o que é público ou coletivo. Nisso reside o aspecto ideológico, uma vez que estamos no campo da “persuasão”.

Na complexidade histórica não se pode desvincular Estado do mercado, quer dizer, as relações econômicas das relações políticas. Pode-se falar de hegemonia, no sentido de que as forças ligadas aos interesses do mercado, do lucro prevaleçam, no sentido de determinar um consenso, capaz de garantir *diretrizes públicas* voltadas para os interesses do capital, assim como se pode falar na hegemonia das forças intervencionistas, negadoras da mera dinâmica do mercado enquanto determinante das diretrizes comuns, as quais visam regular ou modular o próprio mercado, no sentido de contrariar a sua “espontaneidade” anárquica. Trata-se de hegemonia no sentido de que a tendência pública imprimidas pelo Estado, quer conforme os interesses do “livre mercado” ou dos que propõem discipliná-lo ou suprimi-lo, exigem um consenso e um constrangimento que só podem se efetivar com os usos dos aparelhos governamentais. A luta política (hegemônica) trava-se em torno da ocupação dos espaços do Estado, os mecanismos de controle do público.

Nesse sentido, que o desmantelamento da universidade pública ou seu incremento dependem das tendências hegemônicas de plantão. O mesmo se diz dos “incentivos” públicos para a privatização da pesquisa, criação de centros de desenvolvimento tecnológicos diretamente vinculados com as exigências das empresas. Mesmo no interior da universidade pública os rumos da pesquisa dependem das tendências hegemônicas vinculados aos projetos, aos grupos de pesquisas, aos departamentos, às reitorias. Trata-se das forças capazes de determinar o que é prioritário. Em todo caso, mesmo a tendência hegemônica rotulável de liberal ou intervencionista, nos seus diversos matices supõem, a existência de uma esfera pública (independentemente do nome e das conseqüências inerentes às idéias de “soberania nacional” e “compartilhada”). Ambas supõem os aparelhos do Estado enquanto dispositivo para se efetivar as tendências hegemônicas. O “Estado mínimo” dos liberais supõe o Estado ampliado de Gramsci, em que os aparelhos públicos constrangedores, inerentes à esfera do político, não se dissociariam dos aparelhos ideológicos, capazes de garantir a hegemonia. Frente ao conceito de estado ampliado, o papel do intelectual, por mais acadêmico e técnico que seja, não se desvincula do momento hegemônico.

No entanto, deve-se lembrar que o embate hegemônico em Gramsci (1995, p. 270), supõe que a verdadeira práxis, “não é o instrumento de governos ou de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas”. Afirma-se, ao contrário, que a práxis é “expressão das classes subalternas” que querem educar a si mesmas na arte do governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades – inclusive as desagradáveis – e evitar enganos”. Trata-se de uma radicalização da democracia, a qual o capitalismo não suportaria. É nesse sentido que a noção de “sociedade regulada gramsciana” supõe uma liberdade política que, por si só, significa muito mais que controle ou eliminação do mercado, uma reestruturação das relações de produção, mas uma socialização da economia e da informação. O desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada implicam numa era em que no livre jogo hegemônico, enquanto embate de ideologias, não se admite o controle pela força nem apropriação privilegiada do saber por uma classe em detrimento da outra. O que só é, de fato, possível pela eliminação da divisão social em “classes”, ou do “governo político”, do constrangimento. Antes de acusar Gramsci de pedagogismo romântico, deve-se salientar o caráter agosnístico em torno da disputa pela informação, ponto sem o qual a concepção de “intelectual orgânico”, ou de “príncipe moderno”, esvazia-se, sendo, portanto superada pelos novos tempos. O cimento do bloco histórico deve ser visto como o saber circulando entre intelectuais e a massa. O que acaba por admitir a não distinção entre ciências naturais e políticas entre um saber meramente voltado para o incremento técnico e um conhecimento “político” (das relações humanas) visando apenas tomar o poder e mantê-lo. Ainda que cada um atue no seu nível, (a relação homem-natureza e relação de poder entre os homens), as duas esferas da ciência estarão sempre implicadas. Ao apropriar-se dos meios de produção, os trabalhadores apropriam-se do saber (da produção do conhecimento) capaz de mantê-los e incrementá-los. Nesse caso, implica-se redefinir os rumos das pesquisas não conforme o mercado, mas conforme as exigências coletivas (hegemônicas).

Considerações Finais

As noções gramscianas são importantes para uma análise histórica da atividade acadêmica. Elas nos permitem pensar o papel do intelectual, em suas várias modalidades. Ao invés de contrapor os intelectuais tradicionais e os orgânicos, contrapomos estes aos atrelados ao interesse do capital, portanto direcionados pelos rumos do mercado, movidos pela lógica do lucro. Com a hegemonia maciça do liberalismo, esse enfoque pode parecer anacrônico. No entanto, a sua pertinência reside aí. Trata-se da própria noção de hegemonia, termo gramsciano, que se não nos permite analisar a *démarche* interna das revoluções científicas, nós permite compreender os abortamentos históricos de revoluções sociais, perante as quais as revoluções científicas seriam apenas capítulos.

No mundo atual, o conhecimento torna-se um ativo das empresas. Como tal ele exige um tratamento específico, no sentido de incrementar o processo produtivo, de controlar a mão-de-obra, bem como de analisar prospectivamente as condições do mercado, enfim, garantir a eficácia competitiva num mundo globalizado. Dessa forma, várias modalidades de saber são acionadas, tanto no campo da política (controle de pessoas), da economia (análise das possibilidades mercadológicas) e da tecnologia

(conhecimento aplicado à produção). Algumas questões de fundo surgem. Como são recrutados tais intelectuais? Quais são as condições de trabalho dos mesmos? Não propomos responder tais questões. Tal indicação visa apenas salientar aspectos de uma recente forma de atividade intelectual a serviço do capital. Trata-se de um leque de atividades que vai desde a nova organização da divisão social do trabalho, passando pela implementação de tecnologias, bem como pela defesa dos interesses econômicos, pela persuasão da opinião pública, pela formação de grupos de pressão e lobby, contando mesmo com a participação direta na atividade governamental e parlamentar, através da atuação em partidos e da disputa por cargos públicos.

Cabe salientar, que nosso interesse se restringe à atividade dos intelectuais acadêmicos diretamente envolvidos com a atividade de pesquisa e de transferência de tecnologia. Nesse sentido, a "organicidade" refere à integração do trabalho acadêmico dentro do conjunto de atividades articuladas em torno da defesa dos interesses do capital. Portanto, inquirimos a respeito da relação entre a atividade acadêmica e a hegemonia burguesa. Uma vez que tal processo hegemônico atualmente vincula-se "mundialização" dos mercados, torna-se necessário uma abordagem da academia que procure compreendê-la dentro do movimento mundial de expansão do capitalismo. Assim, buscaremos compreender a atividade de transferência de tecnologia do setor acadêmico (público) para as empresas numa perspectiva em que estes se revelam integrados no processo mundial, no movimento global de produção, reprodução e expansão do capital.

REFERÊNCIAS

- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **Concepção dialética da história**. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.
- _____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- HOBBSBAWN, E. **A Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LOWY, M. **Método dialético e teoria política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973.
- _____. Teses sobre Fauerbach (III). In: **TEXTOS**. São Paulo: Ed. Sociais, 1977. v. 03.
- _____. Teses sobre Feuerbach (I). In: MARK, K.; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-omega, s/d. v. 03.
- RUGIU, A. S. **Nostalgia do mestre artesão**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- SAVIANI, D. **Do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1993.
- _____. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1988.
- _____. **Educação e questões da atualidade**. São Paulo: Livros do Tatu / Cortez, 1991.
- _____. O debate teórico e metodológico na história e a Importância para a pesquisa educacional. In: **SEMINÁRIO NACIONAL**, 4. Campinas, 1997.
- SCHAFF, A. **História e verdade**. Lisboa: Estampa, 1974.

